



**“As luzes civilizadoras da instrução”:
práticas sociais e educativas de irmandades negras no Oitocentos¹**

“The civilising lights of instruction”:
social and educational practices of black brotherhoods in the 19th century

“Las luces civilizadoras de la instrucción”:
prácticas sociales y educativas de las cofradías negras en el siglo XIX

Jonatas Roque Ribeiro
Universidade de São Paulo (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0001-5074-4401>
<http://lattes.cnpq.br/5705471852776970>
jrribeiro@usp.br

Wellington Carlos Gonçalves
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-4604-6912>
<http://lattes.cnpq.br/1169208862869370>
wcghist@hotmail.com

Resumo

A partir da investigação de um abaixo-assinado datado de outubro de 1878, no qual 19 confrades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Sabará, em Minas Gerais, solicitavam à Inspetoria Geral da Instrução Pública da província a abertura e a subvenção de uma “aula de primeiras letras” organizada pela confraria, este artigo analisa os processos e práticas educativas envolvidos na constituição desse projeto político-educativo. Investiga-se, também, outras formas de sociabilidade e solidariedade – devocional, espiritual e mutualista – que implicaram algum tipo de aprendizado, troca e/ou transmissão de conhecimentos, saberes e crenças. O objetivo foi compreender a polissemia dos significados sociais da educação e da experiência do educar-se, a fim de evidenciar a diversidade de práticas educativas presentes no associativismo confrarial em Minas Gerais, na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Práticas sociais e educativas; Associativismo confrarial; Cidadania; Educação no século XIX.

¹ A pesquisa que possibilitou a escrita desse artigo contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp (2019/03473-3).

Abstract

Based on the investigation of a petition dated October 1878, in which 19 members of the *Irmãos de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Sabará*, Minas Gerais, requested the province's General Inspectorate of Public Education to open and fund a "first-letter class" organized by the brotherhood, this article analyzes the educational processes and practices involved in the establishment of this political-educational project. It also investigates other forms of sociability and solidarity—devotional, spiritual, and mutualistic—that involved some form of learning, exchange, and/or transmission of knowledge, wisdom, and beliefs. The objective was to understand the polysemy of the social meanings of education and the experience of educating oneself, in order to highlight the diversity of educational practices present in the brotherhood's associations in Minas Gerais in the second half of the 19th century.

Keywords: Education; Black Brotherhoods; Citizenship; Nineteenth Century.

Resumen

A partir de la investigación de una solicitud colectiva fechada en octubre de 1878, en la que 19 miembros de una Hermandad Negra en Brasil pedían a las autoridades públicas la apertura y el subsidio de una escuela, este artículo analiza el proyecto educativo desarrollado por dicha hermandad. También se investigan otras formas de sociabilidad y solidaridad – devocional, espiritual y mutualista – que implicaron algún tipo de aprendizaje, intercambio y/o transmisión de conocimientos, saberes y creencias. El objetivo es comprender la polisemia de los significados sociales de la educación, con el fin de evidenciar la diversidad de prácticas educativas presentes en las hermandades negras en Brasil durante la segunda mitad del siglo XIX.

Palabras-clave: Educación; Hermandades Negras; Ciudadanía; Siglo XIX.

Recebido: 08/04/2025

Aprovado: 05/07/2025

Introdução

Existe extensa fortuna crítica sobre a história do associativismo confrarial no Brasil, em diferentes cronologias, especialmente nos períodos colonial e imperial. No campo da História, a trajetória de irmandades leigas e as experiências de seus confrades têm sido abordadas a partir de distintas perspectivas analíticas e metodológicas. Não cabe, nos limites deste artigo, efetuar um exercício de revisão do “estado da arte” dessa historiografia, como o realizado por Lucilene Reginaldo (2018). No campo da pesquisa e do ensino em História da Educação, a história do associativismo confrarial é um tema ainda pouco investigado, presente apenas em alguns estudos recentes e embrionários.

Com frequência, investiga-se, nesses estudos, como as práticas sociais, de base moral e/ou religiosa, das irmandades leigas adquiriram caráter educativo. Na interpretação de Paola Bessa Cunha (2008, p. 47), “as irmandades leigas, enquanto espaços de convivência social, possibilitaram o desenvolvimento de práticas de caráter educativo relacionadas à religião e também ligadas à moral e aos ideais de civilização vigentes nos séculos XVIII e XIX”. Não obstante o reconhecimento de que o associativismo confrarial, por meio das irmandades leigas e de suas culturas políticas, constituiu-se em instância promotora de práticas educativas, ainda persistem muitas lacunas quanto ao papel dessas instituições religiosas na conformação de processos educativos – tanto no âmbito daquilo que se pode denominar educação moral e religiosa (práticas devocionais, ritos fúnebres, culto e realização da festa do santo padroeiro), quanto na dimensão de uma educação ou instrução formal, a exemplo do aprendizado de ofícios e do ensino da leitura e da escrita. Nesse sentido, os comportamentos educacionais criados, vivenciados e difundidos pelo associativismo confrarial, em sua polissemia de formas, ações e sentidos, ainda não se configuraram como objeto sistemático de pesquisa, seja no campo da História, seja no da História da Educação.

A partir da investigação da documentação produzida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Sabará, em Minas Gerais – como o Livro de Compromisso e Regimento, Livro de Receitas e Despesas, Livro de Entrada e o Livro de Atas de Deliberações da Mesa Administrativa, referentes ao período entre as décadas de 1850 e 1890 –, e, especialmente, da análise de um abaixo-assinado datado de outubro de 1878, no qual 19 confrades solicitavam à Inspetoria Geral da Instrução Pública da província de Minas Gerais a abertura e a subvenção de uma “aula de primeiras letras” organizada pela confraria, este artigo analisa os processos e práticas educativas envolvidos na constituição desse projeto político-educativo. Investigamos, também, outras formas de sociabilidade e solidariedade – devocional, espiritual e mutualista – que implicaram algum tipo de aprendizado, troca e/ou transmissão de conhecimentos, saberes e crenças. Nosso objetivo foi compreender a polissemia dos significados sociais de educação e da experiência de educar-se, a fim de evidenciar a diversidade de práticas educativas presentes no associativismo confrarial em Minas Gerais, na segunda metade do século XIX.

As irmandades negras foram associações de auxílio coletivo dedicadas às obras de caridade e à proteção social, material e espiritual, preferencialmente de seus próprios membros. Comprometidas com o culto de santos ou patronos cultuados pelas populações negras (mas não somente), como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia e outros, elas cumpriram papel social significativo como espaços de promoção de identidades, solidariedades e coesão grupal de indivíduos negros de diferentes condições jurídicas (escravizados, libertos e livres) em uma sociedade escravista (REGINALDO, 2018).

Foi em meio à essa cultura política associativa que, algumas irmandades negras, em diferentes partes do país, especialmente ao longo do século XIX, criaram diferentes modalidades de educação destinadas não apenas para a sua comunidade de confrades, mas em alguns casos, também para a população em geral. Além das propostas de educação moral ou

religiosa, associadas à formação do indivíduo para a vida em sociedade, houve também projetos voltados ao acesso à educação escolar e ao aprendizado da leitura e da escrita, evidenciando o interesse dessas comunidades pela escola enquanto um dispositivo socialmente valorizado a partir do oitocentos.² Esse foi o caso, por exemplo, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, do Rio de Janeiro, fundada no século XVII, que, em meados da década de 1880, criou uma escola de instrução elementar, voltada especialmente, mas não exclusivamente, para os filhos e filhas órfãos dos seus confrades. Segundo Perses Maria Canellas da Cunha:

A Irmandade teve como propósito não só escolarizar os irmãos, dando a eles subsídios para ler, escrever e contar, mas também de educá-los para o exercício da cidadania [...]. Além da alfabetização, do ensinar a leitura e escrita, o objetivo foi a constituição de uma nova identidade de cidadão livre e culto. [Por este viés], a criação da escola possibilitou aos seus integrantes a recriação de uma nova identidade baseada na liberdade e na educação (CUNHA, 2004, p. 40, 41).³

Em estudo sobre o universo da educação na sociedade brasileira oitocentista, Alessandra Schueler e José Gonçalves Gondra (2008, p. 11) observaram a multiplicidade de experiências educacionais exercidas “por sociedades, academias, grêmios e instâncias educativas diversas que organizaram iniciativas voltadas para educar a população, constituída pela ‘boa sociedade’, mas também por crianças pobres, negros, indígenas, imigrantes e mulheres” que atuaram no terreno da instrução no Brasil Imperial. As irmandades negras estiveram profundamente integradas a esse movimento que os autores chamaram de “produção das formas educativas do século XIX” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 16). Nesse cenário, podemos destacar as experiências educativas promovidas pela Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos, de São Luís do Maranhão, fundada em 1821, que manteve ações de instrução elementar para os seus confrades em períodos intercalados ao longo do século XIX (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 247). Outras irmandades, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho, em Salvador, na província da Bahia, não criaram diretamente projetos educativos, mas fomentaram, por outras formas, esse tipo de iniciativa educacional. Em 1867, por exemplo, essa confraria “alugou as dependências da sua igreja como sala de aula para o professor público Dr. Luiz Alvarez dos Santos, que montou a sua aula no salão do Rosário” (FARIAS, 1997, p. 75).

Sobre ao associativismo confrarial na província do Maranhão no oitocentos, Mariléia dos Santos Cruz investigou a trajetória de irmandades negras que desenvolveram práticas educativas voltadas para a promoção de formas de educação ao lado da educação escolar, como foi o caso da Sociedade Beneficente Fim-Humanitário, da capital maranhense, criada em 22 de outubro de 1879. Nas palavras da autora:

² Alguns autores, como Marcelo Mac Cord (2012) e Itacir Marques da Luz (2013), defendem que a gênese das práticas sociais e educativas das irmandades negras, tanto no século XIX quanto em períodos anteriores, possuía relação com as culturas educativas forjadas nas corporações de ofícios, também conhecidas como irmandades embandeiradas, do período colonial. Essas associações voltavam-se para a organização do trabalho artesanal e para o ensino de ofícios, assim como de rudimentos de leitura e escrita. Para um estudo sobre as corporações de ofícios na capitania de Minas Gerais, ver José Newton Coelho Meneses (2013). Sobre o ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil colônia e império, consultar Luiz Antônio Cunha (2000).

³ Neste mesmo estudo, Perses Maria Canellas da Cunha (2004, p. 14) citou (mas não ofereceu mais detalhes sobre) a experiência da Irmandade de Santa Catarina, também na cidade do Rio de Janeiro, que em 1859 “manteve um curso de alfabetização para pessoas escravizadas”.

Essa entidade – diretamente ligada à irmandade Senhor Bom Jesus da Cana Verde, ereta na Igreja das Mercês – declarava ter por fim “socorrer seus membros por ocasião de moléstia ou morte, e concorrer para o resgate da liberdade dos que dentre eles forem escravos”. Enquanto a irmandade estava voltada para o culto religioso, a Sociedade Beneficente Fim-Humanitário estava voltada para o auxílio mútuo entre os sócios. Além da preocupação com a promoção da liberdade de irmãos, a associação se voltava também para a disseminação da alfabetização entre os seus sócios analfabetos (CRUZ, 2008, p. 81).

Conforme pontuou Itacir Marques da Luz (2016), projetos educativos, de diferentes formatos e com distintas finalidades, constituíram-se em elementos fundamentais na dinâmica associativa de irmandades negras, permitindo o compartilhamento de valores e saberes entre seus confrades. Tais organizações se estabeleceram enquanto “instâncias de educabilidade e de afirmação identitária para as populações negras” em diferentes cronologias históricas (LUZ, 2016, p. 138). Lúcia Regina Brito Pereira também investigou as expressões de sociabilidade de irmandades negras gaúchas, no oitocentos, entendendo-as enquanto campos educativos criados pelas (e para as) populações negras. Em estudo sobre a Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos de Porto Alegre, no período entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a autora pontou que a escola primária criada por essa confraria em 1903, foi “destinada especialmente ao amparo e educação gratuita de pobres e infelizes meninos expostos ao ócio, ao vício e, às vezes, até ao crime” (PEREIRA, 2010, p. 84). A iniciativa parece ter tido algum acolhimento naquela sociedade, tanto que, segundo a autora (2010, p. 84), a escola foi “uma das mais tradicionais da cidade de Porto Alegre”.

Os muitos significados atribuídos à educação tanto como dimensão da vida social, quanto como instrução escolar centrada no aprendizado da leitura e da escrita e de outros saberes considerados elementares, fez parte da cultura política do associativismo confrarial em um largo arco temporal, não se restringindo ao século XIX, como demonstrou o estudo de Lúcia Regina Brito Pereira em relação aos projetos educacionais da Irmandade de N. S. do Rosário de Porto Alegre desenvolvidos no início do século XX. Situação semelhante ocorreu com os confrades da Irmandade de São Benedito de Campinas, no interior do estado de São Paulo.

Em meados da década de 1890, essa confraria iniciou o projeto de construção de uma escola para os seus confrades analfabetos. Criou, para tanto, a Sociedade de Instrução São Benedito, cuja finalidade foi “manter uma escola de instrução para os irmãos e filhos dos irmãos da Irmandade de S. Benedito” (PEREIRA, 2001, p. 20). A experiência das associações educacionais dos negros em Campinas, entretanto, foi mais complexa. Segundo José Galdino Pereira, em 1902, os irmãos de São Benedito convidaram o então professor negro Francisco José de Oliveira para criar uma escola para “alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade”. Fundou-se, então, “nos fundos da igreja de São Benedito, o Colégio São Benedito” (PEREIRA, 2001, p. 25, 27, 49). Essa nova iniciativa veio dar continuidade ao projeto iniciado com a Sociedade de Instrução São Benedito que, segundo o autor, teve vida efêmera.

Essa breve síntese historiográfica aponta para as perspectivas analíticas adotadas por alguns dos estudos que se dedicaram a investigar o universo das formas e práticas educativas criadas e experimentadas no âmbito do associativismo confrarial negro. Podemos depreender que tais projetos educativos estiveram preocupados em estabelecer processos de formação dos confrades para que se integrassem à vida da sociedade imperial e, depois, republicana, conforme as referências e valores aceitos e legitimados socialmente. Uma dessas prerrogativas dizia respeito à liberdade jurídica, no caso das pessoas submetidas ao jugo da escravidão; havia, contudo, também uma leitura política que associava a educação – entendida como sinônimo de escola ou escolarização – aos significados mais tradicionais de cidadania, isto é, à mobilidade

social ascendente e à respeitabilidade pública. Esses valores políticos não se confundiam com a noção de cidadania política, ou seja, com o direito de ser votante ou eleitor e participar ativamente da política institucionalizada. Todavia, as concepções que correlacionavam cidadania e alfabetização tornaram-se cada vez mais presentes, tanto nos debates político-parlamentares e nas legislações quanto no imaginário social, especialmente a partir da reforma eleitoral de 1881, que instituiu a alfabetização como requisito para a participação eleitoral e o exercício dos direitos políticos (MAC CORD, 2014; SOUZA, 2020).

Nesse contexto em que a aquisição de direitos foi paulatinamente se transformando em “privilégios” devido às enormes dificuldades burocráticas e sociais que dificultavam o alistamento eleitoral de cidadãos, os projetos educativos, em sua diversidade de formas e finalidades, levados a cabo por diferentes grupos sociais, como as irmandades negras, podem ser interpretados como modelos de lutas e conquistas que abriram brechas e precedentes para a formulação de uma concepção mais universalizante de educação, especialmente de instrução escolar, como sinônima de direitos de cidadania. De fato, conforme observou Mariana Mesquita (2022), o associativismo confraternal negro produziu diferentes sentidos de cidadania a partir de suas culturas políticas, sendo as práticas sociais e educativas uma de suas expressões. É, também, por essa lente interpretativa que investigamos as experiências da “aula de primeiras letras” da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará.

“Defender, proteger e propagar a causa dos irmãos pretos”

Os primórdios da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará remontam à própria constituição da cidade, em fins do século XVII. Em 1718, o então bispo do Rio de Janeiro, Francisco de São Jerônimo, aprovou o primeiro compromisso da confraria, no qual constou, ainda, que ela aguardava há alguns anos resposta sobre o pedido de aprovação do documento (PASSOS, 1942, p. 13). Sua criação pode ter ocorrido conjuntamente, ou em período muito próximo, à ereção da primeira capela dedicada à Virgem do Rosário. Segundo o memorialista Zoroastro Viana Passos (1942, p. 283), esse templo, “deve ter sido construído a partir de 1701 ou muito proximamente a essa época”. De qualquer forma, ao longo dos séculos XVIII e XIX, ele estava de pé, resguardando as imagens de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e São Caetano, e louvando a sua comunidade e seus ancestrais.

O perfil dos seus confrades foi bastante diversificado, tanto do ponto de vista da condição jurídica (escravizados, libertos e livres), da condição social e racial (pretos, pardos, mulatos, brancos), como da condição étnica (africanos e crioulos) – característica compartilhada, também, pelas outras irmandades negras da cidade (PASSOS, 1942, p. 327). Além da prática da caridade, ampliação da fé cristã e devoção aos santos negros, a Irmandade de N. S. do Rosário funcionou como um espaço de socialização e formação de laços de amizade, parentesco espiritual e, sobretudo, de solidariedades de base étnicas e raciais.

A confraria foi responsável pela produção de formas de devoção afro-católica, uma modalidade remodelada e significativamente africanizada do catolicismo. Essa experiência manifestou-se em práticas culturais como a festa de Nossa Senhora do Rosário e os reinados negros (ou congadas), além da expressiva presença de confrades de origem africana – com distintas procedências étnicas – até meados da década de 1850, conforme registrou o *Livro de Entrada* do ano de 1855. Esse documento arrolava os novos membros da irmandade, indicando dados como origem, condição jurídica, cor e gênero (IRMANDADE, 1855). Em consonância com estudo anterior (RIBEIRO, 2022), a diminuição da presença de confrades africanos a partir da segunda metade dos anos 1850 pode ter sido consequência da Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu o tráfico atlântico de pessoas africanas para o Brasil.

Seja como for, os confrades (africanos ou brasileiros) da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará promoveram apropriações e reinvenções de um catolicismo afro-diaspórico ao longo do século XIX. Por certo, esses ideais de religião e religiosidade estiveram presentes na constituição da sua política associativa em diferentes momentos, como por exemplo, em 1878, ano em que parte dos confrades conseguiu aprovar a criação de uma “sociedade benficiante” dentro da confraria. Segundo o seu regimento interno, o principal objetivo da “Sociedade do Rosário” foi “defender, proteger e propagar a causa dos irmãos pretos” (SOCIEDADE, 1879, p. 2). Ainda que a Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará tenha se constituído num importante espaço associativo para a população negra, um grupo de confrades percebeu que a sua política associativa era insuficiente para as suas demandas, por isso, formaram outra associação dentro da irmandade.

O corpo de associados da Sociedade do Rosário foi formado exclusivamente pelos confrades da confraria, mas a filiação não era compulsória, ou seja, somente os irmãos que desejassesem é que seriam filiados. Conforme o seu regimento interno, ela foi administrada por um conselho formado por primeiro e segundo secretários e um tesoureiro. Neste mesmo documento foram organizadas as suas principais linhas de atuação, que se pautaram nas seguintes finalidades:

Dar auxílio ao irmão em estado de pobreza ou por moléstia grave e crônica (decrepitude, aleijão, cegueira ou outra qualquer moléstia que o impossibilite de trabalhar); fornecer de medicamentos pela botica indicada pelo conselho; socorrer as viúvas dos irmãos que viverem honestamente; socorrer aos filhos órfãos dos irmãos; contratar advogado para assistir os irmãos sempre que necessitarem; *desenvolver as luzes civilizadoras da instrução aos irmãos através da criação de uma aula de primeiras letras regida por cidadão probo e honesto* (SOCIEDADE, 1879, p. 2-4). Grifos nossos.⁴

O programa associativo da Irmandade de N. S. do Rosário, por sua vez, centrava-se na devoção e caridade como elos de formação de identidades e proteção entre os seus confrades. No primeiro capítulo do *Compromisso de 1871*, que regia sobre os indivíduos que poderiam compor a confraria, o documento ditou que ela seria formada de pessoas de cor preta, de ambos os sexos, livres, libertos ou escravizados e sem distinção de nação ou procedência, desde que professassem a religião católica. Brancos poderiam ser admitidos, mas sua presença se restringiria a ocupar os cargos de devoção. Por último, o capítulo estabelecia que a irmandade “tinha por fim prestar apoio coletivo, promover o congraçamento e zelar pela união e pelos interesses dos irmãos pretos do Rosário” (IRMANDADE, 1871, p. 2).⁵

Segundo os confrades da Sociedade do Rosário, a justificativa para a criação da “aula de primeiras letras” se pautou no argumento de que “o conhecimento da arte de ler e escrever [era o] único e precioso elemento sobre cujas bases assenta[va] o edifício da civilização e traça[va] o princípio da felicidade material e moral do homem” (IRMANDADE, 1878, p. 14). Este fragmento integra um abaixo-assinado datado de outubro de 1878, no qual 19 “confrades da respeitável Irmandade do Rosário de Sabará” – conforme registrado no documento – pretendiam requerer ao Diretor Geral da Instrução Pública da província de Minas Gerais a abertura e a subvenção de uma “aula de primeiras letras” organizada pela confraria, identificada pelos signatários como um “ato louvável de filantropia para a comunidade sabarenses” (IRMANDADE, 1878, p. 14).

⁴ Vale pontuar que o Regimento da Sociedade do Rosário não se confundia com o Compromisso da irmandade homônima, ou seja, foram documentos diferentes; o primeiro, elaborado em 1879, foi anexado ao Compromisso de 1871.

⁵ Ao longo da sua existência, a irmandade elaborou três compromissos, responsáveis pelo registro das intenções do seu corpo associativo junto às autoridades civis e eclesiásticas. O primeiro foi produzido em 1718, já os outros dois foram confeccionados em 1842 e 1871, respectivamente.

Buscando seus argumentos nas ideologias de base universalista e ilustrada que circulavam em meados do século XIX, nas quais a instrução elementar, especialmente as nascentes escolas públicas, figuravam como modelos de referência civilizatória, a retórica do abaixo-assinado dos confrades da Irmandade de N. S. do Rosário ressaltava as vantagens advindas do investimento na educação formal da população. De acordo com a observação de José Gonçalves Gondra e Daniel Lemos:

Os abaixo-assinados ou correspondências coletivas eram documentos que colocavam em cena agentes em movimentos, os quais buscaram intervir e configurar a escola e seu próprio funcionamento [...]. Os sujeitos que assinavam os abaixo-assinados captavam, reuniam e firmavam opiniões e posições, o que, em grande medida, também pode ser entendido como um mecanismo que levava à própria constituição desses sujeitos como agentes que procuravam deliberar acerca de questões de seu interesse (GONDRA; LEMOS, 2006, p. 190, 191).

Ao reconhecer que “o conhecimento da arte de ler e escrever [era o] único e precioso elemento sobre cujas bases assenta[va] o edifício da civilização”, a correspondência coletiva dos confrades do Rosário de Sabará colocou em debate as concepções e expectativas desses indivíduos em relação à noção de instrução elementar em voga naquele momento histórico. Nesse sentido, o processo de transmissão de conhecimentos e aquisição de saberes escolarizados poderiam se tornar meios para conquistar respeitabilidade pública ou melhores posições nos mundos do trabalho, entre tantas outras possibilidades, naquela sociedade. Por este viés:

Nos abaixo-assinados requerendo criação ou financiamento para escolas elementares, a escolarização não se configurava exclusivamente como um projeto imposto pelo Estado. A escola, sobretudo a primária, constituía-se em uma demanda e reivindicação de parte da população minimamente organizada que, ao alertar os governantes quanto à falta de apoio ou mesmo de escolas, indicava a legitimidade que atribuía ao movimento de escolarização (GONDRA; LEMOS, 2006, p. 196).

A leitura política dos confrades da Irmandade de N. S. do Rosário estava perfeitamente integrada ao projeto de “monopolização da escola elementar criado pelo Estado, que se consolidou ao longo do século XIX, quando as províncias brasileiras passaram a regulamentar o processo de estatização e efetivação da escola elementar, instituindo currículo mínimo, material pedagógico e livros, tempo de escolaridade, formação de professores, autorização para abertura de escolas, certificação” (VEIGA, 2013, p. 145). Apesar da importância do debate educacional, não só entre os círculos das elites políticas e de legisladores, mas entre a população em geral, e sem desconsiderar as especificidades das realidades de cada província, não houve no século XIX expressiva expansão quantitativa das oportunidades de escolarização em todo o país (FARIA FILHO, 2013).

Assim, vale considerar que a perspectiva adotada no abaixo-assinado dos confrades do Rosário de Sabará, interpretava a instrução elementar – resumida na ideia do “conhecimento da arte de ler e escrever” – não como um fim em si mesma, mas como um instrumento político para a organização social por meio da disseminação de valores e normas de comportamento, tanto aqueles hegemônicos e em circulação na sociedade, quanto aqueles pertencentes à cultura política do associativismo confrarial. Levando em conta que, para muitos indivíduos negros,

“dominar os códigos de escrita e leitura na sociedade oitocentista poderia significar muito mais do que saber ler/escrever/contar, mas poderia constituir uma das várias possibilidades de pensar a liberdade” (VIANA; GOMES, 2020, p. 7), e considerando a presença, na Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará, de confrades que viviam sob a condição de escravizados, é válido supor que o “princípio da felicidade material e moral do homem”, proporcionado pelo “conhecimento da arte de ler e escrever” – conforme expressou o abaixo-assinado –, estivesse relacionado às expectativas de liberdade jurídica e à possibilidade de construção e vivência de uma existência desvinculada dos estigmas da escravidão.

José Gonçalves Gondra e Daniel Lemos (2006, p. 191) observaram que os abaixo-assinados eram “manuscritos que, se não redigidos por todos, era formal e publicamente assumido pela coletividade dos signatários”. Nessa linha, segundo os autores, “menos do que uma escrita pessoal, tratava-se de uma escrita grupal que desenhava as linhas de identificação de um grupo, cujo traço mais acentuado se referia ao seu caráter reivindicatório, pois eram assinaturas que demandavam, reclamavam, denunciavam, propunham, solicitavam, requeriam, apelavam, suplicavam” (GONDRA; LEMOS, 2006, p. 192).

Esses são elementos relevantes para abordar as concepções educacionais e as práticas educativas presentes numa sociedade em que a escola elementar era ainda uma instituição nascente e que estava longe de considerada como direito e necessidade de toda a população, em sua diversidade de origem étnico-racial, condição jurídica, classe e gênero. Nesse entendimento, os abaixo-assinados requerendo criação ou financiamento para escolas elementares podem ser interpretados como expressão política de demandas sociais pela educação de caráter escolar oferecida pelo Estado.

Nesse sentido, concordamos com as observações de Noemi Santos da Silva (2023), em seu estudo sobre abaixo-assinados elaborados por membros de associações operárias e abolicionistas demandando a criação e subvenção de aulas noturnas em Curitiba, na província do Paraná, nas últimas décadas do século XIX. Para a autora, essas correspondências coletivas não apenas expressavam, como também tencionavam, distintas formas de lutas travadas por indivíduos negros de diferentes condições jurídicas em relação ao alargamento das concepções (legais ou costumeiras) de cidadania, a partir das reivindicações do que eles consideravam como direitos, como por exemplo, o acesso à educação formal oferecida pelo Estado.

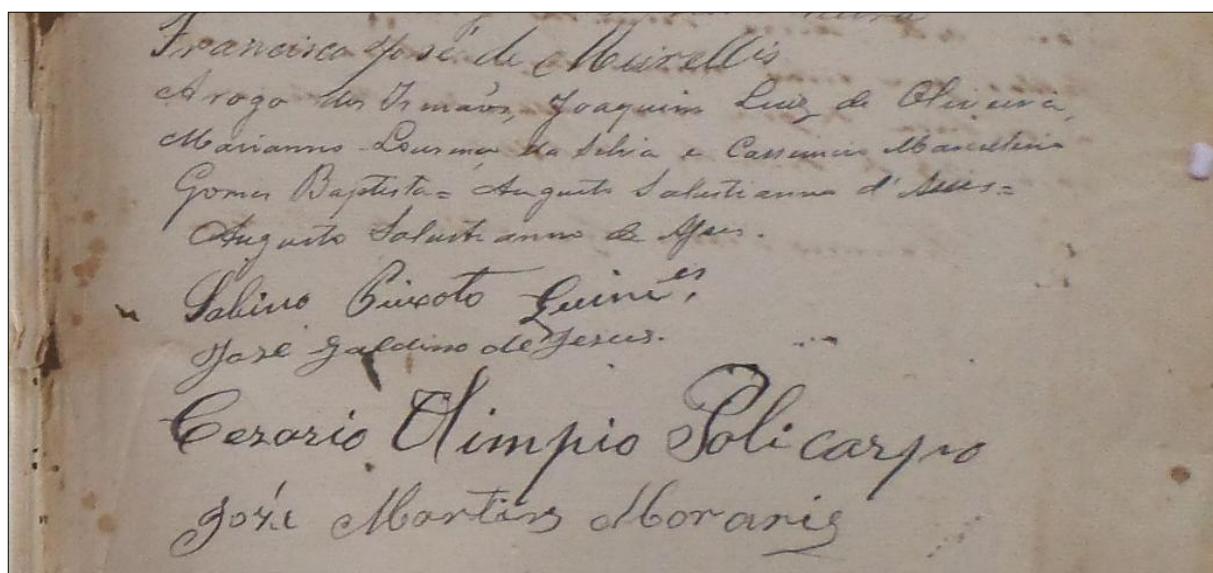
Nesse ponto de vista, é possível indagar sobre como o projeto político-educativo da “aula de primeiras letras” foi interpretado pelos diferentes confrades da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará? A resposta a esta questão implica investigar os significados da relação entre a confraria e suas práticas educativas e os lugares sociais que determinadas concepções de cultura escrita – “o conhecimento da arte de ler e escrever” – ocupavam no seu projeto associativo. Inicialmente, pontuamos que era comum em meados do século XIX o uso da expressão “aula” ou “cadeira” como sinônimo de “escola”. Na interpretação de Cynthia Greive Veiga (2013, p. 145), quanto às “designações ‘primeiras letras’, ‘instrução elementar’ ou ‘primária’, estavam de acordo com as expressões em circulação e referiam-se ao conhecimento mínimo necessário para a superação da ignorância e inserção civilizada na sociedade: ler, escrever e contar, podendo ser acrescido outros saberes”.

Ao discutir o conceito de culturas do escrito, Ana Maria de Oliveira Galvão (2010) observou que o aprendizado, domínio e uso das habilidades do ler e escrever, e mesmo de outros saberes, possuíram implicações as mais diversas nas vidas dos indivíduos. Isso sem contar o status que poderia advir desse “domínio”, por distinguir os seus detentores como pessoas possuidoras de alguma qualidade de letramento numa sociedade que, mesmo contando com uma maioria de analfabetos, vivia imersa no mundo da cultura escrita e dependia dela nas múltiplas instâncias da vida pública e privada.

A historiografia dedicada ao estudo das práticas sociais e educativas das irmandades leigas, nos séculos XVIII e XIX, admitiram que considerável parte da estrutura político-associativa dessas instituições girava em torno de códigos de culturas do escrito e da produção de diversas formas simbólicas e materiais de cultivo de formas de escrita e de leitura (CUNHA, 2008). A variada documentação produzida no âmbito do associativismo confrarial – Livros de Compromisso, Livros de Receitas e Despesas, Livros de Entrada, Livros de Eleições, Livros de Termos e Deliberações, só para citar alguns exemplos – oferecem informações privilegiadas sobre os formatos e os usos de culturas do escrito no mundo das irmandades leigas.

No caso da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará, entre a sua diversificada documentação cuidadosamente confeccionada ao longo do século XIX, centramos nossa análise, mais uma vez, no abaixo-assinado elaborado em 1878. Essa foi uma das poucas correspondências coletivas que os confrades da irmandade produziram, todavia apresenta elementos relevantes para apreendermos as posições sociais, experiências e expectativas diversas de diferentes sujeitos. Nesse sentido, os traços de algumas das assinaturas, presentes no abaixo-assinado, ajudam a conhecer os possíveis níveis de contato com formas de escrever e ler dos confrades e sua relação com as culturas do escrito.

Figura 1 – Abaixo-assinado dos confrades da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará (1878)



Fonte: IRMANDADE (1878, p. 14).

Na interpretação de José Gonçalves Gondra e Daniel Lemos (2006, p. 193), a “presença da assinatura nos abaixo-assinados era tida como índice de alfabetização dos seus detentores e de contato com o ‘ABC’”. Assim, para os autores, “a variação ou repetição do traço da assinatura era outro indicador do grau de proximidade e treino do ato de escrever” (GONDRA; LEMOS, 2006, p. 193) e, portanto, da familiaridade, ou ao menos do contato, com formas de culturas do escrito que circulavam no Brasil oitocentista.

A caligrafia irregular, oscilante e insegura de Cesário Olímpio Policarpo e de José Martins [sic] na assinatura de seus nomes pode sugerir uma formação rudimentar em escrita ou, ainda, um contato esporádico com as culturas do escrito em seus cotidianos. Estabelecer vínculos e formas de pertencimento às práticas sociais associadas a essas culturas – e às ideias delas derivadas – não significava, necessariamente, dominar plenamente os códigos da leitura e da escrita. Tratava-se de fronteiras frequentemente borradadas. Talvez esse entendimento estivesse presente no modo como Joaquim Luiz de Oliveira, Mariano Lourenço da Silva e

Cassimiro [sic] Gomes Batista experienciaram e experimentaram formas de convívio com as culturas do escrito. Tudo indica que eram analfabetos, uma vez que tiveram suas assinaturas lançadas no documento “à rogo” por Augusto Salustiano da Silva. Nesse complexo universo das culturas do escrito, produziam-se significados sociais e políticos diversos, conforme a posição dos indivíduos em relação à posse e ao domínio de saberes considerados úteis e necessários, como “o conhecimento da arte de ler e escrever”.

Gente com pouco domínio da arte de escrever, ao lado de outros tantos que não a conheciam, mas compreendiam os rudimentos da leitura e da escrita, conviveu com indivíduos que, possivelmente, dominavam tais saberes – a exemplo de Francisco José de Meirelles e de Sabino [sic] Guimarães, que, inclusive, abreviou seu último sobrenome, demonstrando familiaridade com certas técnicas da prática da escrita. Todos estiveram ambientados e habituados aos processos de difusão do conhecimento que envolviam a escrita em suas diversas formas simbólicas e materiais. Nesse sentido, a atuação dos confrades da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará condicionou as práticas de cultivo da escrita, ao mesmo tempo em que foi por elas condicionada, numa relação dialética e indissociável entre representações e práticas sociais.

Considerações finais

Não foi possível confirmar se o abaixo-assinado elaborado pelos confrades da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará foi, de fato, enviado à Inspetoria Geral da InSTRUÇÃO ou a outros órgãos da administração pública da província de Minas Gerais. A correspondência coletiva foi localizada entre a documentação da irmandade guardada na Casa Borba Gato/Museu do Ouro de Sabará, como parte de um projeto político-educativo mais amplo, do qual era um dos componentes. Do mesmo modo, em nossas pesquisas nas séries documentais da instrução pública mineira do século XIX, disponíveis no Arquivo Público Mineiro, não encontramos registros sobre projetos educativos dessa confraria. Ainda que o abaixo-assinado não tenha sido encaminhado ou atendido pelas autoridades públicas, o projeto da “aula de primeiras letras” da Sociedade do Rosário se materializou. No início do segundo semestre de 1881, por exemplo, o *Livro de Receitas e Despesas* da irmandade registrou gastos com “lápis de ardósia (dúzia), lápis de pau (dúzia), ardósia (1), livro em branco (1), penas de aço (1 caixa), tinta preta inglesa (1 litro) e tinteiro (1) para a aula do professor João Teodoro de Miranda” (IRMANDADE, 1881).

Há, contudo, poucas referências à “aula de primeiras letras” na documentação da Irmandade de N. S. do Rosário, provavelmente porque tal empreendimento estava sob a responsabilidade da Sociedade do Rosário, que, como pontuamos anteriormente, era uma instituição distinta. Essa última associação, porém, não produziu documentos com regularidade – localizamos apenas o seu regulamento. Seja como for, em maio de 1885, o *Livro de Deliberações da Mesa Administrativa* da Irmandade informou que a “aula noturna regida pelo professor Herculino Carlos do Couto Lima” havia recebido a visita do “delegado literário da freguesia de Sabará, Ilmo. Sr. capitão Antônio Dias de Aguiar” (IRMANDADE, 1885, p. 3).

O documento não ofereceu mais detalhes sobre tal episódio, assim não sabemos se o delegado literário realizou a visita como parte de seu ofício de inspetor escolar. Tampouco, encontramos outras informações sobre a “aula noturna”, como por exemplo, sobre o que se ensinava (matérias ou conteúdos de ensino) e como se ensinava (métodos de ensino e técnicas pedagógicas). O professor Herculino Carlos do Couto Lima, por sua vez, construiu uma das experiências de escolarização formal mais longevas de Sabará, tendo as suas “aulas noturnas” funcionado com algumas interrupções de 1879 a 1897. Em investigação sobre as formas de subvenção à instrução elementar adotadas pela Câmara Municipal de Sabará na segunda metade do século XIX, Marileide Lopes dos Santos demonstrou que:

No orçamento para o ano financeiro de 1879 a 1880, surgiu pela primeira vez uma verba destinada à aula noturna da cidade de Sabará financiada por sua Câmara [...]. A iniciativa partiu do professor da 2ª cadeira de instrução primária da cidade, Herculino Carlos do Couto Lima, o qual apresentou um requerimento à Câmara para que esta ajudasse financeiramente com a aula que acabava de criar. O auxílio foi de 24\$000 para colaborar com a manutenção dessa aula [...]. Ao longo dos anos o valor do auxílio foi sendo progressivamente ampliado, passando de 100\$000 em 1881 para 120\$000 em 1883 (SANTOS, 2014, p. 89).

O *Livro de Receitas e Despesas* da Irmandade de N. S. do Rosário, no período em tela, não apresenta registros sobre formas de subvenção tanto dos cofres da província quanto da Câmara Municipal de Sabará, o que pode sugerir a inexistência de auxílio ou patrocínio de órgãos públicos, o que, como vimos, não impediu o investimento na criação e manutenção da sua “aula de primeiras letras”, assim como da sua “aula noturna”.

Ainda assim, o projeto político-educativo elaborado e desenvolvido pela confraria sabarense fez parte de um processo mais amplo de institucionalização da instrução elementar no Brasil oitocentista, movimento que foi intensamente disputado por diferentes indivíduos, grupos e instituições sociais. Por exemplo, antes do surgimento da “aula noturna” da Irmandade de N. S. do Rosário, outras propostas de instrução formal desse tipo já haviam sido experienciadas em Sabará. Segundo Vera Lúcia Nogueira (2019, p. 242), em 1872 a Sociedade Promotora da Instrução, criou um curso noturno na cidade. Empreendimento, contudo, que durou pouco tempo. Ainda, segundo a autora, “no âmbito das ações desenvolvidas nos espaços coletivos no Brasil imperial, associações, como as irmandades, eram consideradas uma das forças mais atuantes surgidas no interior da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a civilização da população por meio da cultura escrita e da disseminação das luzes” (NOGUEIRA, 2019, p. 242).

Na província do Paraná, por exemplo, apesar de a legislação que autorizou a existência das escolas noturnas, “a maior parte delas [foi] afetada pela falta de apoio provincial ou municipal, sendo fechadas após curtos períodos de existência pelas Câmaras Municipais ou pela Assembleia Legislativa, que alegava a precariedade de recursos, baixo número de alunos ou falta de docentes” (SILVA, 2017, p. 122). O investimento no projeto das escolas noturnas foi encabeçado, principalmente, pelos sujeitos mais interessados nessas propostas – adultos, trabalhadores, fossem eles escravizados, libertos ou livres –, compondo o público desses estabelecimentos e protestando em caso de encerramento das suas atividades, através de abaixo-assinados contra o fechamento de escolas e do encaminhamento de correspondências às autoridades cobrando “implantação ou restauração de aulas” (SILVA, 2017, p. 122). Essas histórias de “instrução e liberdade”, conforme pontuou Noemi Santos da Silva, são relevantes para pensarmos “os significados do acesso à escola e ao letramento nos anos finais [do século XIX], auge do enfraquecimento da instituição escravista no Império” (SILVA, 2017, p. 122).

Em perspectiva historiográfica semelhante, Jucimar Cerqueira dos Santos, em estudo sobre as escolas noturnas baianas no final do oitocentos, defendeu que “o debate político sobre diferentes modalidades de educação foi uma das principais demandas colocadas em pauta pelas camadas sociais em busca de consolidação do Brasil enquanto nação” (SANTOS, 2021, p. 525). No caso da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará, pululam em sua documentação referências à palavra “instrução” (no sentido de ensino de conhecimentos práticos), termo empregado, sobretudo, como metáfora de civilização. Isso aproxima, em vários aspectos, as expectativas e os significados atribuídos pelos confrades ao “conhecimento da arte de ler e escrever”,

compreendido como condição e, ao mesmo tempo, qualidade de cidadania – um status social interpretado como sinônimo de prerrogativa de direitos.

Tais experiências históricas indicam a necessidade de empreender e consolidar reflexões historiográficas sobre as concepções e expectativas que nortearam os modos como diferentes indivíduos e grupos sociais formularam, demandaram e reivindicaram o que consideravam como direitos, bem como sobre as tensões sociais geradas em torno dessas disputas. É preciso interrogar “como homens e mulheres, negros e negras, lutaram por educação, alfabetização, escolas e ensino num mundo cercado por escravidão, exclusão e racismo [...]. O mais importante para novas pesquisas é o exercício de ultrapassar o tom analítico das denúncias sobre o processo histórico de escolarização (rejeição e exclusão) das populações pobres ao longo do século XIX e mergulhar nas trajetórias – negras – daqueles que disputaram projetos educacionais e suas expectativas” (MAC CORD; ARAÚJO; GOMES, 2017, p. 13). Esperamos que as experiências das “luzes civilizadoras da instrução”, promovidas pela “aula de primeiras letras” da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará, apresentadas neste artigo, possam contribuir para a ampliação deste debate historiográfico sobre a (e na) história da educação no Brasil oitocentista.

Referências

- CRUZ, Mariléia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: Flacso, 2000.
- CUNHA, Paola Andrezza Bessa. Educação moral e discurso pedagógico nas associações religiosas leigas: Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (orgs.). *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, p. 41-57.
- CUNHA, Perses Maria Canellas da. *Educação como forma de resistência: o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. DOI: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/17709>.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização na Província. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: a Província de Minas* (v. 2). Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013, p. 131-144.
- FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 218-248.

GONDRA, José Gonçalves; LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Poderes da assinatura: abaixo-assinados como fonte para a história da educação brasileira do século XIX. In: ROCHA, Heloísa Helena Pimenta (org.). *Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira (séculos XIX e XX)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2006, p. 189-206.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

IRMANDADE de N. S. do Rosário. *Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos de Sabará*. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1871.

IRMANDADE de N. S. do Rosário. *Livro de Atas (1878-1923)*. Sabará: Irmandade de N. S. do Rosário, 1878.

IRMANDADE de N. S. do Rosário. *Livro de Atas de Deliberações da Mesa Administrativa (1883-1886)*. Sabará: Irmandade de N. S. do Rosário, 1885.

IRMANDADE de N. S. do Rosário. *Livro de Entrada (1841-1906)*. Sabará: Irmandade de N. S. do Rosário, 1855.

IRMANDADE de N. S. do Rosário. *Livros de Receitas e Despesas (1874-1892)*. Sabará: Irmandade de N. S. do Rosário, 1881.

LUZ, Itacir Marques da. *Compassos letrados: artífices negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. Recife: Editora UFPE, 2013.

LUZ, Itacir Marques da. Irmandade e educabilidade: um olhar sobre os arranjos associativos negros em Pernambuco na primeira metade do século XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 119-142, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698153830>.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MAC CORD, Marcelo. Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e a Reforma Eleitoral de 1881 no Recife. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. de M. (orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014, p. 153-192.

MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio. Para não dizer que não falei de flores: educação, história e exclusão. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio (orgs.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017, p. 9-16.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e ofícios banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MESQUITA, Mariana. *Pelas contas do rosário: sentidos da cidadania na Irmandade de Homens Pretos de Salvador no pós-abolição (1888-1930)*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. A educação dos adultos em Minas Gerais no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; CHAMON, Carla Simone (orgs.). *História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República: Império* (v. 2). Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 227-256.

PASSOS, Zoroastro Viana. *Em torno da história de Sabará* (v. 2). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1942.

PEREIRA, José Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas, 1896-1914*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.268018>.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). *Reflexão & Ação*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 77-99, 2010. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v18i1.1338>.

REGINALDO, Lucilene. Irmandades. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 268-274.

RIBEIRO, Jonatas Roque. *A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. DOI: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/5498>.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. Ingênuas(os) e libertas(os) nas escolas noturnas da Bahia no final do século XIX: euforia abolicionistas e escolas para ingênuas(os) na Bahia. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara; GOMES, Flávio (orgs.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação: Brasil e mundo atlântico, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2021, p. 522-540.

SANTOS, Marileide Lopes dos. Instrução pública em Sabará/MG nos Oitocentos. In: VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores (orgs.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX* (v. 2). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 81-96.

SILVA, Noemi Santos da. *Direito de aprender: a educação nas lutas negras por emancipação (Paraná, 1853-1910)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. DOI: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/11339>.

SILVA, Noemi Santos da. Um passo para a liberdade: experiências de instrução de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial (1871-1888). In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio (orgs.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017, p. 121-138.

SOCIEDADE do Rosário. *Regimento da Sociedade da Irmandade de N. S. do Rosário de Sabará*. Ouro Preto: Tipografia da Atualidade, 1879.

SOUZA, Felipe Azevedo. A dissimulada arte de produzir exclusões: as reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930). *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. 1-35, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.166560>.

VEIGA, Cynthia Greive. Crianças pobres, negras e mestiças na organização da instrução elementar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: a Província de Minas* (v.2). Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013, p. 145-160.

VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio. Letramento, escravidão e mocambos: livros encontrados em um rancho quilombola no Espírito Santo Oitocentista. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, n. 28, p. e020023, 2020.